

ESCRITURA PÚBLICA DE PARTILHA QUE FAZEM xxxxxxxx
xxxxxxx xxxx e xxxxxxxxxxxxxxx xxxxxx xxxxxxxx, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAAM quantos quantos este instrumento público de escritura virem que, em {xx (xxxxxx x xxxxx) de xxxxxxxxx de xxxx (xxxx xxx x xxxxx x xxxx)}, nesta cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais, no CARTÓRIO DE PRIMEIRO OFÍCIO DE BOCAIÚVA, na R. Hélio Carneiro, 48 - Centro, e-mail: contato@1notasbocaiuva.com.br, compareceram perante mim, Escrevente, as partes justas e contratadas a saber, como **Outorgantes e reciprocamente Outorgados: 1) xxxxxxxx xxxxxxxx xxxx**, brasileiro, xxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº x-x.xxx.xxx SSP / MG, inscrito no CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, divorciado desde xx/xx/xxxx, conforme certidão de casamento com averbação do divórcio, expedida em xx/xx/xxxx pelo xº Subdistrito de xxxx xxxxxxxxxxxx - MG, livro nº xxx, às folhas nº xxx e termo nº xx.xxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxx, nº xx, Bairro xxx xxxxxxxx, xxxxx xxxxx - MG; **2) xxxxxxxxxxxx xxxxx xxxxxxxx**, brasileira, xxxxxx, portadora da carteira de identidade nº MG-x.xxx.xxx SSP / MG, inscrita no CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, divorciada desde xx/xx/xxxx, conforme certidão de casamento com averbação do divórcio, expedida em xx/xx/xxxx pelo xº Subdistrito de xxxx xxxxxxxxxxxx - MG, livro nº xxx, às folhas nº xxx e termo nº xx.xxx, residente e domiciliada na Rua xxxx, nº xxx, bloco x, apto. xxx, Bairro xxxxx xxxxxx, xxxxxxxx - MG, **que compareceu através de videoconferência**; e, ainda, como **Advogada: xxxxxx xxxxxxxx xx xxxxx xxxxxxxx**, brasileira, xxxxxxxx, portadora da carteira de identidade profissional nº xxx.xxx xxx / MG, inscrita no CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, maior, solteira, com endereço profissional na Alameda xxxx, nº xxx, conjunto xxx, Bairro xxxx xx xxxxxx, xxxx xxxx - MG. As partes são capazes e se identificaram como sendo as próprias, conforme documentação apresentada, do que dou fé. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, estando acompanhados de sua advogada devidamente constituída, foi-me dito que se divorciaram, conforme sentença datada de xx/xx/xxxx, expedida pelo MM. Juiz de Direito do Foro Regional de Colombo, Comarca de xxxxxxxx - xx, averbada na certidão de casamento, expedida em xx/xx/xxxx pelo xº Subdistrito de xxxx xxxxxxxxxxxx- xx, livro nº xxx, às folhas n.º xxx e termo n.º xx.xxx, razão pela qual vêm requerer a partilha após o divórcio; **2) DA INEXISTÊNCIA DE FILHOS**: os outorgantes e reciprocamente outorgados declaram que desta união não resultaram nascituros e que não têm filhos menores e/ou incapazes; **3) DO BEM**: as partes declaram possuírem o seguinte bem a partilhar: **imóvel situado em xxxxxxxx - MG, constituído por xxxxx, cuja descrição e caracterização encontram-se na matrícula nº xx.xxx do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de xxxxxxxx - xx**, o qual possui o CEP nº xxxxx-xxx, cujo o valor declarado é de R\$ xxx.xxx,xx (xx); **4) DA PARTILHA**: cabe à xxxxxxxxxxxx xxxxx xxxxxxxx, acima qualificada, xxx,xx% do bem descrito no item de nº 3; **5) - DO ITCD - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO**: ITCD sobre o excedente de meação no valor de R\$ x.xxx,xx (xx), tendo sido concedido desconto no valor de R\$ xxx,xx (xx), multa no valor de R\$ xxx,xx (xx) e juros no valor de R\$ xxx,xx (xx), pago DAE número xxxxxxxxxxxxxxxx, em xx/xx/xxxx, no valor de R\$ x.xxx,xx (xx), sobre a base de cálculo no valor de R\$ xx.xxx,xx (xx), valor no ano da sentença do divórcio, qual seja: ano de xxxx, sendo que a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, avaliou no ano xxxx o bem da seguinte forma: bem descrito no item de nº 3 avaliado no valor de R\$ xxx.xxx,xx (xx); **6) DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES**: **6.1)** que o estado civil de cada uma das partes encontra-se inalterado até a presente data; **6.2)** que inexistente ação judicial fundada em direito real e pessoal reipersecutória sobre o bem objeto desta escritura, e que não há ônus reais incidentes sob o mesmo; **6.3)** que não são empregadores; **6.4)** que têm conhecimento das cláusulas e condições da convenção de condomínio, obrigando-se a cumpri-las e respeitá-las, bem como,

têm conhecimento do disposto do art. 1345 do Código Civil Brasileiro; **6.5)** que o imóvel objeto desta escritura encontra-se quite com as despesas ordinárias e extraordinárias do condomínio; **6.6)** que estão cientes de que respondem civil e criminalmente pelas declarações aqui prestadas **7 - DECLARAÇÕES DA ADVOGADA:** pela advogada me foi dito que conferiu a presente escritura, a partilha e seus valores, os quais estão de acordo com a Lei; **8) ADVERTÊNCIA:** esta escritura somente terá validade contra terceiros após sua averbação e/ou registro junto aos serviços competentes, ficando contudo ressalvados eventuais erros, omissões e direitos de terceiros; **9) DO REQUERIMENTO AO REGISTRO DE IMÓVEIS:** as partes requerem ao Oficial de Registro de Imóveis que proceda à averbação e registro de todos os atos necessários ao registro da presente escritura, junto à matrícula do imóvel. Requerem, ainda, que a inserção de dados de qualificação pessoal, caso necessário, seja feita com base na presente escritura, nos termos do Enunciado 28 do CORI-MG. Eu, Escrevente, atendendo à determinação contida no Provimento CGJ/MG nº 93/2020 (com redação dada pelo Provimento nº 304/CGJ-2015), orientei as partes sobre a possibilidade de obtenção das certidões dos distribuidores judiciais e certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, nos termos do artigo 642-A da CLT, com redação dada pela lei nº 12.440/2011, conforme artigo 2º da Recomendação nº 3 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de 15 de março de 2012, para dar maior segurança ao presente negócio jurídico; **10) DAS CERTIDÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS,** que ficam arquivados neste Cartório: **a)** certidão de quitação de IPTU/taxas imobiliárias nº xxxx - xxxxx, controle de autenticidade: xxxxxxxxxxxxxxxx, emitida pela Secretaria Municipal Adjunta de Fazenda, Secretaria Municipal de Fazenda, Prefeitura Municipal de xxxxxxxx - xx, via internet, em xx/xx/xxxx, válida até xx/xx/xxxx, na qual consta a inexistência de débitos municipais referentes ao imóvel objeto da presente escritura, de nº de cadastro xxxxxxxxxxxx-x, ressalvado o seu direito de cobrar débitos posteriormente apurados; **b)** declaração de bens e direitos emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais; **c)** certidão de pagamento / desoneração do ITCD emitida em xx/xx/xxxx, número da certificação: xxxxxxxxxxxxxxxx; **d)** certidão de matrícula expedida em xx/xx/xxxx pelo Cartório de Registro de Imóveis de xxxxxxxx/xx, na qual foi constatado a inexistência de ônus reais, de penhora, arresto ou sequestro, nem inscrições de citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, relacionadas com o imóvel objeto da presente escritura, pelo qual declara os outorgantes e reciprocamente outorgados que até a presente data a referida matrícula encontra-se inalterada; **e)** a pedido das partes ficam arquivadas certidões negativas de débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da união, com base na Portaria da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil, nº xxxx, de xx/xx/xxxx, emitida em nome dos outorgantes e reciprocamente outorgados, datadas de xx/xx/xxxx, pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Ministério da Fazenda, válidas até xx/xx/xxxx, códigos de controle das certidões: xxxx.xxxx.xxxx.xxxx; xxxx.xxxx.xxxx.xxxx; **f)** documentos exigidos no Provimento 93/CGJ/2020; **g)** certidões de feitos ajuizados e certidão negativa de débitos trabalhistas em nome do outorgante e reciprocamente outorgado, que as partes decidiram obter, **exceto certidão cível e criminal emitidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Comarca de Santa Luzia em nome de xxxxxxxx xxxxxxxx xxxx** . Dispensada a transcrição das certidões acima elencadas e de outras certidões, tudo isto consoante os termos da Lei 7433 de 18.12.1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.240/86 e ainda de conformidade com o Provimento 93/2020 da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Nos termos do art. 733 do Código de Processo Civil, disciplinado pelo art 3º, da Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as escrituras públicas de divórcio consensual não dependem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas, etc.).** Foi consultado o domínio www.indisponibilidade.org.br e constatado que não há indisponibilidade de bens em nome dos outorgantes e reciprocamente outorgados, códigos HASH: xxxx. Emitida Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI). Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei esta escritura nos termos

R\$ xxx.xxx,xx (xx); EMOLUMENTOS:
Cód.: 1601-4 (Escritura pública relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro); Qtde.: x; Emol. líq.: R\$ x.xxx,xx
(xx); RECOMPE: R\$ xxx,xx (xx); TFJ:
R\$ x.xxx,xx (xx); ISSQN: R\$ xxx,xx (xx);
Subtotal: R\$ x.xxx,xx (xx). Cód.: 8101-8 (Arquivamento por
folha); Qtde.: xx; Emol. líq.: R\$ xxx,xx (xx xxxx xxxxxxxx); RECOMPE: R\$ xxxxx
(xx); TFJ: R\$ xx,xx (xx); ISSQN: R\$ x,xx
(xx); Subtotal: R\$ xxx,xx (xx). Cód.: 8503-5 (Diligência
fora desses limites); Qtde.: x; Emol. líq.: R\$ xx,xx (xx); RECOMPE: R\$ x,xx
(xx); TFJ: R\$ xx,xx (xx); ISSQN: R\$ x,xx (xx)
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx); Subtotal: R\$ xx,xx (xx). Total final: R\$ x.xxx,xx (xx). Eu
____xxx xxxxxx xx xxxxx xxxxxx - Escrevente., a escrevi. Dou fé. Eu, xxxxx
xxxxxxxx xx xxxxx xxxxxx - Escrevente., a subscrevo e assino. Sinal público em www.censec.org.br.(A).
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (A). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxx, (A) xxx.